



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL E ECONOMIA INTERNACIONAL

## **A Moderna Economia-Mundo e o Mercantilismo: uma Síntese Bibliográfica**

### *The Modern World-Economy and the Mercantilism: a Bibliographical Synthesis*

Jackson Rayron Monteiro; Universidade Regional do Cariri (URCA); jackson.monteiro@urca.br

Luana Marques Carlos; Universidade Regional do Cariri (URCA); Luana.marques@urca.br

Leandro Rodrigues Torres; Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte;

leandrotrresrodrigues@gmail.com

**RESUMO:** A pesquisa em questão trata-se de uma revisão de literatura acerca da categoria chamada de *Moderna Economia-mundo*. Com isso, tem-se como objetivo a discussão entorno do mercantilismo, um apanhado desde o antigo sistema colonial até a Revolução Industrial Inglesa e, sobretudo, da *Moderna Economia-mundo*. Para lidar com a temática, a pesquisa recorreu à revisão de literatura narrativa como método de investigação a partir de leitura das obras de Rezende Filho (2010); Beaud (1987); Saes & Saes (2013). Considerou-se ao final da pesquisa que o antigo sistema colonial foi um mecanismo de acumulação primitiva de capitais na área central da economia-mundo.

**Palavras-chaves:** Moderna economia-mundo. Mercantilismo. Revolução Industrial Inglesa.

**ABSTRACT:** The research in question is a literature revision about the academic category addressed with the title of Modern World-System. Therefore, the objective is to produce a discussion about mercantilism, an overview from the old colonial system to the English Industrial Revolution and, especially, the Modern World-System. To deal with the, the research resorted to narrative literature revision as a method of investigation through reading the works of Rezende Filho (2010); Beaud (1987); Saes & Saes (2013). It was considered at the end of the research that the old colonial system was a mechanism of primitive accumulation of capital in the central area of the World-System.

**Keywords:** Modern World-System. Mercantilism. English Industrial Revolution.



## INTRODUÇÃO

O presente texto dissertativo tem como objetivo central discutir a chamada *Moderna Economia-mundo* bem como o mercantilismo e o antigo sistema colonial enquanto alicerces da sua consolidação até a Revolução Industrial Inglesa. Como objetivos específicos, pretende-se apresentar *a)* o sistema econômico comercial e a expansão ultramarina europeia; *b)* a definição e as características da Economia-mundo; e *c)* o sistema colonial e as principais características do mercantilismo.

Para tal empreitada, faz-se uso dos textos *História Econômica Geral* de Rezende Filho (2010); *História do Capitalismo de 1500 aos Nossos Dias* de Beaud (1987) e *História Econômica Geral* de Saes & Saes (2013). Além desta introdução e das considerações finais, o texto constitui-se de mais sete seções que buscam contemplar os objetivos propostos. O tratamento dado aos textos por meio da pesquisa foi com base no método de revisão de literatura narrativa, onde se preza, especialmente, o caráter exploratório dos conceitos centrais dos textos e a articulação entre eles, ambos realizados na presente pesquisa.

## SISTEMA ECONÔMICO COMERCIAL E EXPANSÃO ULTRAMARINA EUROPEIA

Denomina-se de Sistema Econômico Comercial o sistema econômico que se desenvolveu na Europa com o esgotamento do antigo Sistema Funcional diante da sua incapacidade de garantir estabilidade econômica a um continente perpassado pela fome, esgarçamento das condições de expansão no seu interior, cerco inimigo e esvaziamento das possibilidades de extração de excedente econômico numa estrutura econômica marcada pela senhoriagem e garantias feudais. Apesar de estar plenamente assentado numa formação social feudal, o esgotamento do Sistema Funcional não significou a imediata desintegração dessa sociedade, mas abriu espaço para uma nova forma de extração do excedente econômico a partir das diferenças dos preços de compra e de venda dos bens econômicos. Essa nova forma de extração do excedente a partir da prática da arbitragem é o que ficou conhecido como Sistema Econômico Comercial (REZENDE FILHO, 2010).

Apesar de todas as dificuldades impostas e resultantes do sistema econômico funcional, a Europa – na busca superar tais obstáculos, principalmente da fome e desequilíbrio entre oferta e demanda de alimentos – se vê, ainda no século XV, com a sua produção agrícola regionalmente especializada, mas com o espaço econômico reduzido, dada a ocupação turca no leste. Assim, na busca de realização da extração dos seus excedentes econômicos, essa Europa agora comercial necessita de uma rede de circulação rápida e pouco custosa, capaz de não afetar os preços das mercadorias, necessidades essas que serão supridas pelo transporte marítimo, que passa a dominar o universo econômico do continente a partir das rotas fluviais do seu interior, dominação comandada por sociedades mercantis (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).



O avanço da adoção do transporte marítimo, a aceleração da circulação dos bens econômicos – agora já produtos comerciais, mercadorias – e de meio circulante como seu resultado imediato, bem como as necessidades de investimento para a construção de frotas navais e assalariamento das tripulações, exerce uma pressão pela expansão da oferta interna de metais nobres, problema secular europeu desde o sistema funcional e que culminou na sua desestruturação. Desse modo, a expansão ultramarina do século XV ocorre a serviço da necessidade europeia de metais preciosos, onde a conquista de Ceuta – ponto terminal das rotas de ouro em 1415 – se apresenta como um marco inicial dessa expansão (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Além da busca por metais nobres, principalmente o ouro, outro fator que motivou a expansão ultramarina no século XV foi a busca por alimentos como uma solução imediata para as crises de subsistência enfrentadas pela Europa com a crise do sistema funcional – Portugal passou por 21 crises. Outro motivo para essa expansão, apesar da menor proporção em relação a busca por ouro e alimentos, foram as especiarias, nome genérico dado a uma gama de produtos principalmente de origem vegetal e animal (pimenta, canela, noz-moscada, gengibre, cravo, etc.) que serviam como condimentos e medicamentos. Devido ao bloqueio turco no Mediterrâneo, as especiarias passam a ser obtidas diretamente das fontes produtoras, Extremo Oriente, o que motivou a circunavegação portuguesa da África em torno da Costa do Ouro para atingir a região das especiarias na Índia em 1498 (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

O pioneirismo da expansão ultramarina é creditado aos países ibéricos, Portugal principalmente, devido à uma série de elementos favoráveis como condições geográficas privilegiadas para a navegação, escassez de terras para o cultivo de alimentos, antiga associação com cidades comerciais italianas que favoreciam a distribuição das especiarias para o norte da Europa e uma aliança comercial entre a monarquia e os elementos burgueses em um Estado recentemente constituído. Sendo assim, ouro, alimentos e especiarias constituíram o tripé da expansão ultramarina baseada no sistema econômico comercial que legou à Europa do século XV um universo econômico formado por um continente circunavegado, um oceano produtor de especiarias e um continente completamente novo. Esse novo universo econômico, por sua vez, proporcionou uma divisão social do trabalho em escala mundial e a maximização da extração de excedente via diferença de preços de compra e venda, o que possibilitou uma acumulação de capital que foi capaz de gerar o sistema econômico capitalista (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

## **A ECONOMIA-MUNDO: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS**

A expansão promovida pelo sistema econômico comercial pelos oceanos Atlântico e Índico tendo as navegações como instrumento, legou ao espaço econômico Europeu – agora definido em termos de mundo – a descoberta de um novo continente em 1492; a circunavegação de outro; e o acesso direto a outro ainda em 1498. Apesar de



se basear nas trocas comerciais de mercadorias já monetarizadas, o sistema econômico comercial não constitui uma fase inicial do capitalismo, mas um sistema autônomo, que extrai excedente a partir da diferença de preços, utiliza diversas formas de trabalho compulsório e maximiza a extração de excedentes a partir dos monopólios comerciais (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Destarte, denomina-se de *economia-mundo* toda a articulação preponderantemente comercial que se estabeleceu no século XVI entre Europa, África, América e Ásia. Centrada na Europa Ocidental, essa articulação se caracteriza pelas trocas desiguais, especialização produtiva para atendimento ao mercado externo, monopólios comerciais e dominação política quando necessária; o que torna os outros continentes e a Europa Oriental dependentes no que concerne à circulação da sua produção, cabendo a eles apenas a primeira etapa do ciclo econômico. Desse modo, a segurança e a prosperidade dos Estados europeus estão na razão direta do comando destes sobre as rotas marítimas, o que condiciona as decisões políticas às razões econômicas (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

A vinculação da política com a economia viabilizou a forma política conhecida como Estado Absolutista. Caracterizado pelo alto grau de centralização e designado como uma forma de Estado de transição do feudalismo para o capitalismo, ele era o único a ter condições de garantir o bom funcionamento do sistema que necessitava da segurança das rotas comerciais transoceânicas, de pontos de apoio em diferentes continentes, da sujeição de populações em áreas diversas e de mercados privilegiados, o que coloca o desenvolvimento do Estado Absolutista em ampla relação com o aprofundamento da economia-mundo e das classes burguesas emergentes, de quem também era aliado (SAES & SAES, 2013; REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

São nos Estados da Europa Ocidental que procuram assumir uma posição hegemônica na economia-mundo, onde vai se processar a acumulação de capital enquanto característica principal dessa articulação. Tal acumulação foi garantida pelo regime de monopólio dos produtos da economia-mundo, aumento de preços, do lucro e respectiva queda dos salários reais. Assim, essa acumulação primitiva de capitais também se processou na forma padrão de operação do sistema econômico comercial: trabalho compulsório e regime de monopólio comercial, acumulação também facilitada pela imposição de uma divisão social do trabalho em nível mundial juntamente com a compulsão do trabalho nas áreas dominadas, enquanto a forma mais barata de trabalho, o trabalho assalariado, se tornou dominante na Europa Ocidental (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Os diferentes ritmos de desenvolvimento que se impuseram às diferentes áreas mundiais pela articulação da economia-mundo caracterizaram-nas em termos de centro e periferias, onde o centro só pode crescer acumulando capitais em detrimento das periferias e o controle dessas passa a ser vital para o crescimento dos Estados constituintes daquela – o que não impede que Estados centrais passem a assumir posições semiperiféricas. Enquanto área central da economia-mundo, a Europa



Ocidental opera-a em seu próprio benefício a partir do estabelecimento da especialização monocultora em nível mundial e da dependência das áreas periféricas quanto à comercialização da sua produção, o que acabou se tornando um canal de transferência da riqueza produzida pelas periferias em direção aos centros, o que lhes legou o impedimento do seu desenvolvimento natural e a dependência econômica e política constituindo-as em sistemas coloniais que se definem como mecanismos de acumulação a partir da dependência econômica e política das periferias produtoras de alimentos, metais nobres e especiarias, sendo eles o Sistema Colonial do Oriente, e o Sistema Colonial Americano (SAES & SAES, 2013; REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

## SISTEMA COLONIAL DO ORIENTE

O sistema Colonial do Oriente compreende geograficamente o Oceano Índico, a costa da Índia, a Birmânia, a Península Malaia, a Indonésia e as Filipinas com a marginal participação da China e do Japão. O principal comércio oriental é constituído de especiarias, onde a pimenta assume posição privilegiada, cuja entrada na Europa causou pressões baixistas sobre os preços redundando num esforço de controle monopólico no respectivo mercado. Apesar dos enormes lucros obtidos no interior desse sistema, o seu padrão de troca que se caracterizou pela exportação de metais nobres como forma de pagamento ao oriente, não conseguiu promover o seu principal objetivo: a acumulação de capitais, frustração reforçada pelo entesouramento realizado por aquelas regiões, o que tirava os metais nobres de circulação. Desse modo, grande parte da produção de metais nobres oriundos das minas europeias e também americanas foi drenada para as áreas orientais resultando na descapitalização dos Estados envolvidos nesse comércio, principalmente Portugal e Espanha, o que fez com que tal sistema funcionasse às avessas (SAES & SAES, 2013; REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

O Sistema Colonial do Oriente pode ser dividido em dois momentos: o monopólio português no século XVI e a competição anglo-franco-holandesa pelo controle das áreas produtoras a partir do século XVII. Já no século XVI, os portugueses conseguem se transformar em virtuais monopolizadores do fornecimento dos produtos orientais mediante o estabelecimento de entrepostos comerciais conhecidos como feitorias localizadas nos pontos terminais das principais rotas comerciais asiáticas, que acabaram se tornando o padrão de ocupação europeia da região. No século XVII, o monopólio que Portugal exercia sobre o comércio com essa região é quebrado pela competição anglo-franco-holandesa que, mediante *companhias de comércio*, inauguram um período de competição pelo controle do Oceano Índico e do comércio com a Índia, disputa vencida pelos ingleses durante a segunda metade do século XVIII (SAES & SAES, 2013; REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

No que tange à relação estabelecida entre as companhias de comércio e as regiões produtoras, a Companhia Holandesa das Índias Orientais estabeleceu um



sistema de dominação indireta sobre as ilhas da Indonésia que permitia certa autonomia do poder local desde que o monopólio da comercialização e da exploração dos recursos não fosse comprometida. Ademais, os preços eram arbitrariamente fixados em favorcimento da companhia e a população submetida ao trabalho compulsório (SAES & SAES, 2013; REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Com exceção desse caso holandês, o Sistema Colonial do Oriente *a)* exerceu um impacto marginal sobre as áreas envolvidas; *b)* não afetou as estruturas de produção dessas áreas; e *c)* devido ao seu padrão de troca, o seu objetivo primário, *acumulação de capitais na Europa Ocidental*, não foi alcançado, caminho que seria trilhado com relativo sucesso pelo Sistema Colonial Americano (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

## SISTEMA COLONIAL AMERICANO

O Sistema Colonial Americano que compreendeu todo o continente enquanto colônias de exploração com exceção do nordeste dos Estados Unidos, funcionou de forma mais eficiente do que o do Oriente. Fundamentando as suas bases sobre o trabalho compulsório e monopólio comercial com vistas à extração de excedente, consegue realizar a função que motivou a sua existência: a acumulação de capital na área central da economia-mundo, a Europa Ocidental (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

O regime de monopólio que se estabeleceu no Sistema Colonial Americano foi o de exclusivo comercial, também conhecido como *exclusivo metropolitano*, onde as colônias só podem vender a produção para a respectiva metrópole e dela comprar os produtos de que necessitam por intermédio dos mercadores e companhias de comércio autorizados pelos Estados metropolitanos. O exclusivo metropolitano foi peça fundamental para a acumulação de capital na medida em que permitia uma tripla geração de lucro a partir da *a)* exclusividade dos mercadores na compra permitia-os a aquisição a preços próximos aos preços de custo de produção; *b)* a exclusividade da venda na metrópole permitia a prática de preços de monopólio e a incorporação de sobrelucros; e *c)* o fornecimento de produtos metropolitanos às colônias a preços de monopólio, o que explica o endividamento dos produtores coloniais que, apesar das grandes safras, estavam reféns das distorções de preço permitidas pelo regime de monopólio que também deprimia drasticamente seus lucros (SAES & SAES, 2013; REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

A estrita regulação que o regime de monopólio dos produtos coloniais necessitava fez com que este regime fosse aplicado de duas maneiras distintas pela metrópole. Uma delas foi o monopólio por intermédio das companhias de comércio privilegiadas, forma exercida por Portugal, Inglaterra, Holanda e França. A outra, foi o monopólio a partir do controle de um único porto que seria responsável pela importação das mercadorias metropolitanas e a exportação das mercadorias coloniais, que foi o



exercido pela Espanha por intermédio de um organismo oficial, a *Casa de Contratação*. Apesar desse controle, toda e qualquer incapacidade da metrópole em atender as necessidades coloniais poderia suscitar o florescimento do comércio intercolonial, o que demandava das metrópoles um esforço de supressão da atividade comercial entre as colônias, resultando na emergência do contrabando (SAES & SAES, 2013; REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Esse regime de monopólio também tornou as áreas coloniais dependentes politicamente das metrópoles, pois somente na ausência de autonomia política poderia sujeitar os produtores coloniais a reservar toda a sua atividade comercial para as metrópoles nos termos por elas estabelecidos. O grau da dominação política variou e se intensificou de acordo com o peso econômico da colônia, dominação que, no caso do Brasil, passou das *capitanias hereditárias* para o estabelecimento do *Governo Geral*, resultado do progressivo desenvolvimento da produção açucareira. A Espanha, por sua vez, devido ter encontrado metais preciosos desde o seu advento à América, estabeleceu desde o início da colonização um rígido regime de controle sobre as suas colônias. Os franceses, que chegam a América no século XVI, adotam no século XVII o método das companhias comerciais privilegiadas para em seguida adotarem uma administração centralizada a partir da nomeação, pelo Estado, de governadores e funcionários – caminho seguido pela Inglaterra e pela Holanda, com exceção de que a presença holandesa no nordeste brasileiro (1630 – 1654) foi de responsabilidade da Companhia Comercial das Índias Ocidentais enquanto uma iniciativa privada (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Além do regime de monopólio comercial, outro mecanismo de promoção da acumulação primitiva de capitais foi a imposição do trabalho compulsório nas colônias americanas. Embora o trabalho compulsório possa ter explicações da ordem de impedir a autonomia econômica e os desdobramentos dessa independência na oferta global de produtos coloniais, o principal motivo da imposição dessa forma de trabalho foi de natureza econômica em razão do seu elevado custo, o que explica a adoção da escravidão africana em detrimento das demais formas de trabalho compulsório experimentados na América (escravidão indígena pelos espanhóis e brasileiros e servidão temporária da população metropolitana, pelos ingleses), vindo a se tornar a forma de trabalho dominante desde o início do século XVIII. Por ter um alto custo em relação ao trabalho assalariado – a aquisição do escravo somada ao trabalho assalariado necessário à sua supervisão, que posiciona o trabalho escravo em uma posição dependente de uma forma de trabalho superior –, o mercador metropolitano – dada a sua condição monopólica – consegue transferir todos esses custos para o consumidor, o que concorre para a maximização da acumulação de capitais (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Ademais, o trabalho escravo permitia uma dupla extração de excedente econômico: a primeira vez a partir da venda desse escravo realizada pelo mercador ao produtor colonial e a segunda vez a partir da compra dessa mercadoria encarecida a preços de monopólio e sua venda a preços de monopólio ao consumidor



metropolitano. Essa foi a principal razão da proibição do trabalho indígena, pois ao ser colonizado apenas no interior da colônia, permitiria a concentração da renda entre os produtores coloniais e impediria o desenvolvimento do tráfico de escravos enquanto um novo ramo comercial – elementos significativos para a acumulação do capital na Europa Ocidental. A escolha dos africanos enquanto mão de obra escrava também foi de ordem econômica, pois levou em consideração *a)* o interesse metropolitano em desenvolver um novo ramo comercial; *b)* a localização geográfica da África que permitia a integração comercial triangular entre Europa, África e América; e *c)* a ausência de Estados fortes na costa africana capazes de oferecer resistências. No entanto, a principal razão fundamental da opção pelos africanos foram *a)* a necessidade de uma fonte abundante de mão de obra que se localizasse numa região acessível e próxima às áreas de exploração; e *b)* que essa mão de obra viesse de uma área externa à economia-mundo, de modo que o sistema não fosse penalizado pela extensa remoção da mão de obra; e a África cumpria todas essas condições, cabendo ao continente a especialização produtiva de fornecimento de mão de obra escrava para o continente americano. Os altos lucros proporcionados pelo comércio monopólico de escravos explicam a rivalidade entre os Estados centrais da economia-mundo pelo contrato de *asiento* – monopólio comercial concedido pelos Estados às companhias comerciais –, disputa que foi resolvida no século XVIII com a vitória da Inglaterra, concentrando no porto de Liverpool no maior centro de comércio de escravos (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Além dos dois mecanismos básicos de acumulação primitiva presentes no Sistema Colonial – monopólio comercial e trabalho compulsório – e da dominação política, o Sistema Colonial Americano teve em seu interior três características comuns: a grande propriedade rural, a especialização produtiva e a comercialização externa da produção. A *grande propriedade rural* se justificou *a)* por permitir a concentração da renda nas mãos de poucos proprietários, o que facilitava a transferência dessa renda para a metrópole; *b)* pelos altos custos fixos da instalação dos complexos produtivos, que só poderiam ser cobertos por intermédio da produção em escala que por sua vez só seria possível com a concentração volumosa da terra enquanto principal fator – como exemplifica a produção do açúcar; *c)* pelo aumento da produção a partir da ampliação da área cultivada; e *d)* o caráter itinerante da produção devido ao desgaste do solo suscitado pelas monoculturas, o que resultava na transferência da produção para as novas áreas (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

A especialização produtiva se justificava *a)* pelo papel de economia complementar à europeia exercido pelas colônias da América de cumprir a função produtora de produtos tropicais impossíveis de serem cultivados nas metrópoles dadas as condições climáticas, legando às colônias a monocultura principal forma da atividade agrícola; *b)* pela função exercida pelas colônias de consumidoras de produtos da metrópole, que, além do exercício monopólico da compra e da venda dos gêneros coloniais, impedia a sua diversificação produtiva, haja vista o comprometimento do poder de mercado monopólico exercido pela área central da economia-mundo, tornando





a *plantation* – produção colonial de um único bem – a unidade produtora colonial típica da América; e c) pelo diminuto mercado interno, como característica da escravidão colonial, que também impedia a diversificação produtiva. Desse Modo, o Sistema Colonial Americano foi produtor de pouquíssimos gêneros tropicais, como o açúcar, o tabaco e o algodão (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

A produção para o mercado externo foi desde o início condicionada pelas metrópoles às colônias dada a função destas em relação àquelas. Além disso, essa produção orientada para o mercado externo também foi um sintoma do exíguo mercado interno resultante das próprias relações de produção coloniais sedimentadas pelo trabalho escravo. Ademais, era o mercado externo a única fonte de renda para os produtores coloniais, renda que seria usada para a aquisição de produtos exclusivamente metropolitanos necessários à produção e a subsistência dessa classe. Desse modo, a colônia de exploração ideal era a que se especializava na produção de gêneros tropicais, pois naquelas onde se operou alguma mineração de fácil acesso verificou-se certo grau de desenvolvimento de um mercado que, por sua vez, estimulou a diversificação produtiva da colônia, o que comprometia a posição monopólica da metrópole. Portanto, não foi por acaso que a coroa portuguesa proibiu a instalação de manufaturas no Brasil após a descoberta do ouro na região de Minas Gerais em meados do século XVIII (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

No interior do Sistema Colonial Americano, o nordeste dos Estados Unidos – região colonizada pelos ingleses – passou por um processo de colonização diverso do padrão que foi imposto às outras regiões da América. Situada na mesma latitude da área central da economia-mundo e, pelas suas condições geoclimáticas, produtora das mesmas culturas cultivadas na Europa Ocidental, essa área foi ocupada por refugiados vítimas de perseguição religiosa – dado o estabelecimento do anglicanismo enquanto religião oficial inglesa na segunda metade do século XVI – e por dissidentes políticos após as guerras civis inglesas entre a primeira e a segunda metade do século XVII. Apartados funcionalmente do Sistema Colonial Americano e devido às suas condições geoclimáticas, essa região se constituiu numa colônia de povoamento, onde seus povoadores se estabeleceram definitivamente, preocupando-se com seu próprio desenvolvimento e não com o enriquecimento da sua metrópole – pois, muito embora fosse uma região territorialmente livre, não deixou de ser colônia (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Nessas colônias, predominou o trabalho da unidade familiar e o trabalho assalariado que favoreceu a constituição de um mercado interno dinâmico que, por sua vez, possibilitou a sua diversificação produtiva. O papel que essas colônias representaram como metrópole informal das demais colônias inglesas na América – sul dos Estados Unidos e Antilhas – por intermédio do comércio de produtos alimentícios e manufaturados, foi decisivo para o seu desenvolvimento ao permitir uma acumulação de capital própria em detrimento da metrópole, condição tolerada pela Inglaterra devido ao seu envolvimento nas guerras pelo controle colonial de áreas da América, de onde saiu vitoriosa em 1763, quando passou a taxar as colônias de povoamento e proibir a



expansão territorial por parte dos colonos, produzindo um descontentamento generalizado que culminou na declaração de independência em 1776 das colônias do sul e do centro-norte, o nascituro dos Estados Unidos da América (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

## **EUROPA ORIENTAL E DECADÊNCIA DA EUROPA CENTRAL E MEDITERRÂNEA**

O estabelecimento da economia-mundo enquanto uma articulação comercial entre Europa Ocidental, África, Ásia e América, reforçou o processo de especialização de cultivo e exportação de cereais da Europa Oriental – condição que já se fortalecia desde a crise do Sistema Funcional nos séculos XIV e XV. Foi durante essa crise que os grandes proprietários de terra dessa região buscaram intensificar a produção revogando concessões feitas aos camponeses, o que resultou no estabelecimento do trabalho compulsório. Com a consolidação da economia-mundo no século XVI, a especialização do cultivo de cereais sob um regime de trabalho compulsório foi estimulada mediante a pressão inflacionária que tomou conta da Europa com a entrada de metais preciosos oriundos da América. Muito embora a atividade econômica da Europa Oriental fosse caracterizada pela grande propriedade rural, trabalho compulsório e depende do mercado externo, tal atividade não pode ser confundida com um retrocesso da servidão feudal, mas como *trabalho compulsório em cultivos comerciais*. Apesar de não haver qualquer dependência política em relação à Europa Ocidental, a dependência econômica legou à Europa Oriental a condição de periferia da economia-mundo e celeiro da Europa Ocidental – importante fator da acumulação primitiva de capitais (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Condições semelhantes foram enfrentadas pela Europa Central e pela Europa Mediterrânea nas fases iniciais da constituição da economia-mundo. Sendo uma grande produtora de metais preciosos graças as suas minas, a Europa Central viu o seu mercado definhar com a entrada no território europeu dos metais nobres oriundos da América espanhola ainda no século XVI. Nesse interim, a Europa Mediterrânea viu parte dos seus territórios ocupados por turcos e a seguida diminuição do seu comércio frente às pilhagens realizadas pelos berberes no norte da África. A incapacidade dessas regiões de estabelecerem Estados Nacionais – divisão religiosa da Europa Central e particularismos feudais na Europa Mediterrânea – aprofundou a sua decadência econômica, legando-as a condição de periferia da economia-mundo (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

## **EXPANSÃO, DEPRESSÃO E RECUPERAÇÃO ECONÔMICA**

Durantes os séculos XVI, XVII e parte do XVIII, os Estados Nacionais da área central da economia-mundo – Europa Ocidental – lutam entre si para se manterem nela



e garantirem a promoção da acumulação de capitais em seus territórios, esforço só realizável a partir de forte intervenção do Estado na economia – o que faz do Estado Nacional uma entidade política indispensável para a acumulação primitiva de capitais. A total intervenção do Estado na Economia e a pugna entre as nações constituintes da área central ficaram conhecidas respectivamente como *mercantilismo* e *Guerras de Nacionalismo Econômico*; e foi a maior ou menor eficácia dos Estados em adotarem essas posturas que decidiram a sua permanência na área central – como ocorreu com Inglaterra em posição primária; e Holanda e França, em posições secundárias – ou seu deslocamento para uma posição de semiperiferia, caso de Espanha e Portugal. Esse período passou por três fases distintas, sendo elas *a*) a expansão do século XVI; *b*) a depressão do século XVII; e *c*) a recuperação do século XVIII (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

### *Expansão*

A fase de expansão do século XVI que na verdade abarca mais de um século (1501 – 1620) é marcada pelo *a*) estabelecimento da economia-mundo; *b*) pelo fortalecimento dos Estados Nacionais; *c*) pela Reforma Protestante enquanto religião burguesa – luterana e calvinista – que libertou as atividades bancárias e comerciais dos obstáculos que o catolicismo impunha, além de estimular o trabalho, a poupança e o acúmulo de bens econômicos; *d*) a idade de ouro de Portugal e Espanha – pioneiros da expansão ultramarina – favorecida pelo monopólio português do comércio de especiarias no Oriente e da produção do açúcar no Brasil; e pela exploração de minas na América espanhola, o que garantiu a esses dois Estados a posição de polos econômicos da economia-mundo; e *e*) a *revolução dos preços* sofrida pela economia-mundo como resultado do afluxo de metais preciosos da América para a Espanha (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Esse afluxo de metais preciosos, ao ampliar a quantidade de meio circulante, gerou um descompasso entre a demanda e a oferta global de mercadorias provocando a elevação geral dos preços – fenômeno também conhecido como inflação de demanda –, estimulando a produção global de bens e revitalizando o crescimento da economia europeia que, até o século anterior, sofrera as consequências da escassez de metais nobres. Por sua vez, tal revitalização econômica gerou diversos resultados a dependerem da atividade econômica da região – na Europa Ocidental, por exemplo, enquanto o meio circulante teve um aumento de dez vezes, os preços aumentaram em cerca de 4 vezes, o que permitiu uma certa concentração da acumulação de capitais (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

A revolução dos preços da economia-mundo prejudicou alguns setores e beneficiou outros. Entre os setores prejudicados encontram-se *a*) os que dependiam de uma renda monetária fixa, como os sujeitos à economia senhorial; *b*) os que tinham o salário como um importante componente dos custos de produção sujeitos às regulamentações associativas; *c*) as regiões que não possuíam centros manufatureiros,



como Portugal e Espanha, e *d*) os trabalhadores assalariados em geral. Quanto aos beneficiados, encontram-se *a*) os que produziam para o mercado produtos agrícolas ou manufaturados de produção doméstica; *b*) os que operavam associativamente o comércio europeu mediante a compra de licenças ibéricas; e *c*) aqueles que se encarregavam da circulação de mercadorias no interior da Europa. Essa revitalização econômica foi significativa tanto para o setor agrícola, que cada vez mais se especializava regionalmente e empregava crescentes contingentes de mão de obra assalariada; quanto para o sistema manufatureiro doméstico que, ao permitir a expansão dos negócios pela definição prévia da produção; a introdução de inovações técnicas baixando os custos e o aumento da produção; e a possibilidade de pagar salários livres sem prévia regulamentação – traço do comando do mercador sobre a produção –, fortaleceu-se muito no século XVI (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Ao final dessa expansão, os dois polos principais da economia-mundo – Portugal e Espanha – haviam desperdiçado as suas oportunidades, sejam por perda do monopólio de seus mercados devido invasões imperiais e disputa por independências – caso de Portugal ao estar sob o império espanhol e ter seus mercados sequestrados pela Holanda que estava em guerra com a Espanha –, ou por ambições imperiais derrotadas e por ataques diretos às suas colônias – caso espanhol, circunstâncias que resultaram na perda da exclusividade da posse do novo mundo pelos ibéricos (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

### *Depressão*

Após a expansão do século XVI marcada principalmente pela revolução dos preços derivada do advento de metais nobres da América espanhola, a economia-mundo passou por uma grave desaceleração que ficou conhecida como a depressão do século XVII, ou *Fase B* do ciclo econômico, em oposição à *Fase A*, que é de expansão. O que caracterizou essa depressão, cuja recuperação só viria a partir de 1720 foram a diminuição do volume de comércio; deflação dos preços; e elevação dos salários. Dentre as principais razões que determinaram as características supracitadas pode-se destacar *a*) a redução de metais preciosos que a Europa recebeu devido ao declínio constante de ingresso de metais americanos na Espanha, que caiu 2.100 toneladas em 1621 – 1630 para ½ tonelada em 1651 – 1660; *b*) a inconsistência de sua recuperação demográfica gravemente penalizada pela Peste Negra no século XIV, recorrentes epidemias de tifo e varíola, além da exposição à fome e as guerras – ainda século XVII, a Alemanha 40% da sua população rural na Guerra dos Trinta Anos, a Espanha 25 % e algumas cidades chegaram a perder 40% de suas populações causadas por epidemias; e *c*) a incapacidade do sistema econômico sustentar a si mesmo, dado o aumento artificial da demanda no século XVI devido ao aumento da entrada de metais preciosos e a sua



instabilidade a partir da redução da circulação desses metais – tornando o sistema incapaz de sustentar a sua demanda nos níveis anteriores, suscitando um desequilíbrio entre oferta e demanda (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Como resultado, instala-se uma situação de subconsumo que resultou na redução dos preços devido à queda da circulação do meio circulante e na elevação dos salários, esta resultante do descompasso demográfico suscitado pelas catástrofes sanitárias e conflitos bélicos. A retração do consumo reforçou a tendência deflacionária dos preços que por sua vez tinham nos salários os seus limites estruturais, resultando assim numa redução dos lucros, dos negócios e da contratação da mão de obra – fatores que aprofundaram o subconsumo nesse interim. Tal cenário só foi solucionado com a intensificação da intervenção do Estado na economia mediante a política e receituário mercantilista (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

### *Recuperação*

A partir de 1720 a economia-mundo conhece uma nova fase de crescimento baseada em um novo afluxo de metais preciosos oriundos da América e na expansão demográfica europeia. Muito embora não fosse uma recuperação livre de percalços, principalmente no que diz respeito à produção agrícola, essa fase marcou a primazia inglesa na economia-mundo e possibilitou a consolidação do sistema econômico capitalista na Inglaterra (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

O novo afluxo de metais preciosos provinha da América espanhola que entre 1760 e 1780 alcançou a marca de 365 toneladas de prata – produção drenada preferencialmente pela França enquanto parceira comercial da Espanha –; e também do Brasil, onde a produção de ouro atingiu o número de 12 toneladas entre 1759 – 1769, quando passa a cair para 8 toneladas anuais em 1780 – produção absorvida pela Inglaterra devido ao Tratado de Methuen estabelecido com Portugal desde 1703 e que colocava a balança comercial do país ibérico em déficit crescente. Para além desse novo afluxo de metais preciosos, a Europa também se beneficiou de certo crescimento demográfico durante o século XVIII, saindo de 120 milhões em 1700 e alcançando 180 milhões em 1800. Parte desse crescimento foi mais notável nas ilhas britânicas, dada a união da Inglaterra à Escócia em 1707 e a anexação da Irlanda desde 1649, onde a população saiu de 9,25 milhões em 1700 para 16 milhões em 1800 – taxa de crescimento maior que a francesa que saiu de 22 milhões para 29 milhões no mesmo período (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

A expansão de meio circulante derivada da nova entrada de metais nobres na Europa provocou um impacto inflacionário que produziu resultados diversos na França e na Inglaterra – principais Estados da área central da economia-mundo –, consolidando o domínio das ilhas britânicas. Na França, a inflação generalizada somou-se a) à intensificação do seu déficit público, já crescente pela grande participação de gastos com o exército, nobres e camadas sociais improdutivas, e impossível de ser financiado



pelos setores burgueses que foram sufocados com a política mercantilista francesa – Nacionalismo Econômico –; *b*) à crises gerais na produção agrícola, que desorganizaram o mercado interno francês; *c*) ao crescimento demográfico insuficiente para compensar a defasagem entre preços e salários, que ao aumentarem pressionavam os setores burgueses pela redução dos seus lucros desestimulavam a produção; e *d*) a derrota francesa frente à Inglaterra na Guerra dos Sete Anos (1756 – 1763), fazendo com que a França perdesse consideráveis possessões coloniais que afetou o seu tráfico negreiro enquanto uma de suas atividades mais lucrativas. Ademais, o envolvimento da França na Guerra de Independência na América do Norte agravou ainda mais as condições do Estado francês, precipitando a sua falência em 1789 (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Na Inglaterra, a pressão inflacionária do século XVIII resultou em efeitos diversos e permitiu a passagem do sistema econômico comercial para o capitalista. Esses efeitos diversos e passagem para o capitalismo foram também resultado *a*) do mercantilismo inglês orientado pela construção de uma balança comercial favorável, onde o Estado buscou estimular o desenvolvimento do setor produtivo inglês de modo mais livre que o francês e a maximização dos lucros via aumento da produtividade, o que explica o desaparecimento das corporações de ofício, a concentração dos lucros nas mãos da burguesia nascente e a respectiva concentração da produção na fábrica; *b*) da *Revolução Agrícola* que se instaurou na Inglaterra a partir das inovações técnicas (recuperação da fertilidade do solo, introdução do adubo animal e de máquinas), alteração da estrutura fundiária a partir da introdução do sistema de grande propriedade mediante o movimento dos cercamentos (*enclosure*), que determinou o fim das áreas comunais, o deslocamento de camponeses para as cidades, a criação de um mercado interno estável e a consolidação da agricultura capitalista; *c*) do enorme crescimento demográfico inglês no século XVIII da ordem de mais de 70%, que possibilitou o alargamento da oferta de mão de obra, resultando na queda dos salários reais favorecendo a acumulação de capital no interior dos setores burgueses; e *d*) da vitória da Inglaterra sobre a França na Guerra dos Sete Anos (1753 – 1763), o que consolidou a sua conquista de novos mercados para as suas manufaturas e para o fornecimento de produtos primários, pois mesmo perdendo as colônias dos Estados Unidos da América após sua independência, as ilhas britânicas conseguiram mudar a estrutura do Sistema Colonial do Oriente vedando a participação da França nesses mercados – principalmente na Índia a partir de 1763, onde a Inglaterra ampliou sua dominação e praticou uma política de espoliação a partir da destruição da tradicional manufatura têxtil ali existente transformando-o num importador dos seus tecidos (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Destarte, a fase de recuperação da economia-mundo no século XVIII elevou a Inglaterra à posição de potência predominante nessa articulação comercial, bem como permitiu, internamente, a consolidação das condições necessárias (acumulação de capital nas mãos da burguesia, força de trabalho como mercadoria e o estabelecimento de um mercado de trabalho) à emergência do sistema econômico capitalista – fazendo



com que em algum momento após 1760, o sistema econômico comercial tenha cumprido sua função dando lugar ao modo de produção capitalista que, àquela altura, não necessitava do trabalho compulsório nem dos monopólios, atacados por Adam Smith em *A Riqueza das Nações* (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

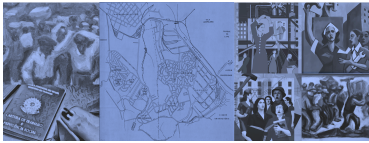
## MERCANTILISMO

O *Mercantilismo* pode ser compreendido como o conjunto de teorias e práticas da intervenção estatal durante a depressão do século XVII – embora parte desse receituário tivesse sido aplicado na Inglaterra no século XV, como a proibição da exportação de metais nobres, é só no século XVII que esse conjunto de práticas se torna a norma geral dos Estados centrais da economia-mundo. Portanto, o mercantilismo foi a solução utilizada pelos Estados centrais no século XVII para uma crise de crescimento do Sistema Econômico Comercial reforçada pelos resíduos da sociedade senhorial – que impedia o deslocamento da mão de obra camponesa para as cidades – e pelas corporações de ofício que impunham severas limitações e regulamentações à atividade urbana, que impediam a aceleração da acumulação de capital em andamento e estimulavam a busca por uma saída extraeconômica, solução encontrada no desenvolvimento e na intervenção do Estado absolutista que se caracterizou pela aliança rei-burguesia (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Sedento de crescentes recursos para se manter e se impor aos outros Estados em formação, o Estado absolutista busca incentivar o comércio para tributá-lo, promovendo o fortalecimento dos setores burgueses em detrimento dos outros estratos sociais. O destino histórico do Estado absolutista é, portanto, a sua desarticulação pelos setores burgueses organizados enquanto classe fortalecida pela acumulação de capitais promovida por essa forma de Estado, mas que se concentrou na classe detentora dos meios de produção que passa reivindicar a estrutura estatal, destruir o seu *modus operandi* e impor uma nova forma política: o Estado burguês (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Embora não haja uma clara sistematização teórica do mercantilismo enquanto conjunto de práticas e de teorias referentes à intervenção do Estado nesse período histórico, quatro pontos aparecem como lugar comum da sua aplicação prática, sendo elas *a)* o metalismo; *b)* a balança comercial favorável; *c)* nacionalismo econômico; e *d)* o colonialismo; sendo o metalismo a razão de ser das outras práticas (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

O metalismo é a concepção generalizada de que a prosperidade da nação está na razão direta da quantidade de metais preciosos que está sob a sua posse, ideia que foi reforçada pelo fato de que a nação que quase colocou a Europa sob a sua tutela, a Espanha, possuía significativa produção de metais em suas colônias; e pela depressão do século XVII cuja queda da entrada de metais na Europa e a sua exportação para o Oriente foram dois elementos importantes de sua eclosão. Entendia-se também que a



presença dos metais preciosos seria a responsável pela desaceleração da escalada da taxa de juros, o que barateava a ativação de negócios mediante o acesso mais barato ao capital – concepção que se mostrou equivocada, pois a entrada de metais resultou em pressões inflacionárias em toda a Europa e estimulou a entrada de produtos estrangeiros gerando a exportação dos metais para fora do país como forma de pagamento pelas mercadorias, o que resultou no *bulionismo* espanhol enquanto prática mercantilista de proibição, sem sucesso, da exportação dos metais. Haja vista essa necessidade dos metais para assegurar a prosperidade da nação, caso o Estado não dispusesse de minas em seus domínios coloniais, uma das formas de se suprir tal necessidade seria por intermédio de uma balança comercial favorável (REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

A balança comercial favorável – formada por importações, exportações, débitos, créditos, fretes e seguros – enquanto prática mercantilista tinha como objetivo um valor de exportações maior que o das importações. A forma mais simples de alcançar esse objetivo seria por meio de políticas protecionistas que taxavam a importação de produtos similares aqueles produzidos internamente, tributação que incidia levemente sobre o mercado de matérias-primas. No rol de políticas protecionistas, encontram-se aquelas que proibiram a exportação de matérias-primas e a saída de artesãos de seu país, como foi a usada pela França; e as que procuraram construir o superávit comercial vendendo indiscriminadamente a todos, inclusive aos seus inimigos, como foi o caso holandês. Tendo como significado principal a entrada de metais preciosos, a balança comercial favorável não era conquistada apenas garantindo a vedação do comércio com os estrangeiros, mas também por meio do estímulo à exportação, que por sua vez foi promovido pelo *Nacionalismo Econômico* ou o *Industrialismo* (SAES & SAES, 2013; REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

O *Nacionalismo Econômico* ou *Industrialismo* consistiu no apoio e no incentivo à produção manufatureira nacional visando a autossuficiência da nação e a exportação de manufaturados. Essa prática também se preocupou com o estabelecimento de uma produção uniformizada e de qualidade; com regulamentações sobre os tipos de ferramentas e matérias-primas utilizadas no processo de trabalho; e com especificações para os produtos finais, que tiveram como resultado a criação de volumosos códigos regulamentadores da produção manufatureira principalmente na França de Luiz XIV, rei símbolo do absolutismo que tinha Colbert como Ministro das Finanças. O Nacionalismo Econômico francês, principalmente, também colocou sob o Estado o controle direto de manufaturas e de antigas corporações de ofício – foi o chamado *Colbertismo* ou *Industrialismo*. Juntamente com o a preocupação da promoção da produção manufatureira, houve também aquela referente ao crescimento demográfico orientando os Estados a isentarem de impostos famílias numerosas no afã de expandirem a oferta futura de força de trabalho; a redução dos salários; e a venda das mercadorias a preços competitivos no mercado. Apesar do esforço em promover a manufatura nacional, muitos Estados se deparam com a escassez de matérias-primas no interior dos seus





domínios, problema solucionado pela expansão do *Colonialismo* (SAES & SAES, 2013; REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

O Colonialismo não só buscou suprir o problema com matérias-primas, mas se apresentou como a solução ideal para o Estado mercantilista, pois se a colônia possuísse metais preciosos atingia-se o objetivo principal, caso contrário, era possível cultivar produtos comercializados a bons preços no mercado internacional, o que proporcionaria uma balança comercial favorável. Neste ponto, os países ibéricos (Portugal e Espanha) foram os pioneiros no século XVI, com a Espanha comandando a maior produção de ouro do século e Portugal o comércio com o Oriente e a produção do açúcar no Brasil. Os demais Estados buscam construir os seus impérios coloniais durante a depressão do século XVII por intermédio da ocupação de colônias já instaladas – como foi o caso da conquista dos antigos domínios portugueses e espanhóis por Inglaterra, França e Holanda durante a união entre Portugal e Espanha – ou por abertura de novas áreas ainda não colonizadas. Desse modo, a construção dos impérios coloniais dos demais Estados centrais da economia-mundo se consolidou às expensas dos ibéricos com franceses, holandeses e ingleses reduzindo a presença portuguesa no Oceano Índico a uma posição secundária; com os holandeses ocupando o nordeste brasileiro (1624 – 1625); e ingleses e franceses ocupando ilhas da América Central e áreas atlânticas da América do Norte. Embora houvesse num primeiro momento uma cooperação entre os Estados visando a conquista do espólio colonial ibérico, essa associação deu lugar a guerras visando a posição hegemônica na economia-mundo (SAES & SAES, 2013; REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

A adoção generalizada do mercantilismo se tornou incompatível com a cooperação entre os Estados centrais, resultando na hostilidade entre essas nações pelo controle hegemônico da economia-mundo durante a depressão do século XVII que pode ser dividida em duas fases, com a primeira caracterizada pelo predomínio holandês (1620 – 1674), preponderância caracterizada pela superioridade agrícola e manufatureira, predomínio do trabalho assalariado enquanto forma mais barata de trabalho e controle da maior frota de navios a época, o que garantia o controle sobre vasto volume da circulação de mercadorias. Esse predomínio holandês se desfaz com a instituição na Inglaterra dos Atos de Navegação em 1660 que estipulavam o transporte de mercadorias inglesas apenas em navios ingleses ou nos de países de origem dos bens, o que resultou em duas guerras com os holandeses vencidas pela Inglaterra (1652 – 1654 e 1665 – 1667) e uma terceira vencida por Inglaterra e França (1772 – 1774), que iniciam uma disputa pelo lugar deixado pela Holanda numa “Segunda Guerra dos Cem Anos”. Essa disputa também pode ser encarada pelas formas como Inglaterra e França fizeram uso do mercantilismo (SAES & SAES, 2013; REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Enquanto a Inglaterra empreendeu os seus esforços no alcance de uma balança comercial favorável, a França se empenhou no Nacionalismo Econômico. Embora o objetivo fosse o mesmo – o acúmulo de metais preciosos enquanto expressão da acumulação primitiva de capitais –, a conjuntura interna dos países legou o predomínio



inglês, pois enquanto a França era comandada por um Estado absolutista favorecedor de estratos sociais improdutivos e principal competidor da burguesia francesa (que só se impõe em 1789) por intermédio das fábricas reais que se tornaram incapazes de reduzir os seus custos de produção, a Inglaterra supera o absolutismo com a Revolução Gloriosa em 1689, o que permitiu a emergência da burguesia e a sua influência no Estado promovendo o estímulo da produção manufatureira que também se beneficiou do semicolonialismo informal de Portugal a partir do tratado de Methuen em 1703. Ademais, o Estado inglês – mais aburguesado que o francês – conseguiu solucionar durante a depressão do século XVII o problema da escassez do meio circulante realizando, pelo Banco da Inglaterra criado em 1694, a emissão da moeda fiduciária a partir de promessas de reembolso, o que acabou dando mais liquidez à economia (SAES & SAES, 2013; REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Além disso, mediante as sociedades por ações, a Inglaterra conseguiu mobilizar substanciais volumes de capital necessários para operar as grandes companhias comerciais, suscitando a suplantação da bolsa de Amsterdã criada em 1610 pela bolsa de Londres a partir de 1666. Toda essa conjuntura econômica inglesa permitiu a sua posição hegemônica na economia-mundo a partir 1763, permitindo na Inglaterra a emergência do sistema econômico capitalista e a Revolução Industrial Inglesa após 1750 (SAES & SAES, 2013; REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

Portanto, infere-se que o antigo sistema colonial enquanto desdobramento do Sistema Econômico Comercial, foi um mecanismo de acumulação primitiva de capitais na área central da economia-mundo, e que o mercantilismo foi um conjunto teórico e prático de políticas comandadas pelos Estados absolutistas que teve como fim a garantia da acumulação de capitais durante a depressão da economia-mundo no século XVII que culminou com a hegemonia inglesa na segunda metade do século XVIII – século da recuperação dessa articulação econômica denominada de moderna economia-mundo (SAES & SAES, 2013; REZENDE FILHO, 2010; BEAUD, 1987).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo geral discutir a chamada *Moderna Economia-mundo*, bem como, o mercantilismo e o antigo sistema colonial enquanto alicerces da sua consolidação até a Revolução Industrial Inglesa; e como objetivos específicos, a apresentação do sistema econômico comercial e a expansão ultramarina europeia; da definição e as características da economia-mundo; e do sistema colonial e das principais características do mercantilismo; compreende-se que todos os objetivos foram alcançados dadas as discussões feitas em cada tópico do presente texto.

Desse modo, concluiu-se que o antigo sistema colonial, enquanto desdobramento do Sistema Econômico Comercial, foi um mecanismo de acumulação primitiva de capitais na área central da economia-mundo. Para tal, o mercantilismo foi um conjunto teórico e prático de políticas comandadas pelos Estados absolutistas que



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

tiveram como fim a garantia da acumulação de capitais durante a depressão da economia-mundo no século XVII que culminou com a hegemonia inglesa na segunda metade do século XVIII – século da recuperação dessa articulação econômica denominada de moderna economia-mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUD, M. **História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REZENDE FILHO, C. **História Econômica Geral**. São Paulo: Contexto, 2010.

SAES, F. A. M. SAES, A. M. **História Econômica Geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.